



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO

(196/PGEN/DF/2023 - 1/PCONTAS/DF/2023)

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2022

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal os documentos de prestação de contas do Município de Tomar referente ao ano de 2022, que apresenta os seguintes movimentos:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

Saldo da gerência anterior: seis milhões, cento e dezassete mil, oitocentos e vinte sete euros e cinquenta e dois cêntimos (6.117.827,52€);

Receita: trinta e dois milhões, setecentos e onze mil, quarenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos (32.711.043.44€);

Despesa: trinta e quatro milhões, novecentos e trinta e quatro mil, duzentos e setenta e oito euros e noventa e oito cêntimos (34.934.278,98€);

Saldo para a Gerência Seguinte: três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e um euros e noventa e oito cêntimos (3.894.591,98€);

Rendimentos: trinta e três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois euros e noventa e um cêntimo (33.666.422,91€);

Gastos: trinta e um milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e sete euros e catorze cêntimos (31.822.347,14€);

Resultado Líquido do Exercício: um milhão, oitocentos e quarenta e quatro mil, setenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos (1.844.075,77€).

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: “Se o Orçamento e as Grandes Opções do Plano são os documentos que norteiam a atividade da Câmara Municipal de Tomar, a Prestação de Contas detalha a capacidade de executar as intenções e objetivos definidos ou, neste



caso, a incapacidade.

Ficou mais uma vez evidente, que a gestão deste executivo se pautou por uma mera gestão corrente e gestão de processos em curso, com muitas dúvidas mesmo em termo das atividades municipais. O falhanço da ação de maioria socialista da Câmara Municipal de Tomar está espelhado na própria insistência de atuação face à falta de definição estratégica e planeamento ao longo dos anos.

Parece-nos marcante do ano em análise o facto da Despesa ter sido superior à Receita, tendo havido um défice financeiro e a necessidade de cobertura deste pelo Saldo de Gerência. Na gestão de uma organização é recomendável que em qualquer período as despesas não excedam as receitas, sendo razoável aceitar o contrário em face de alguma situação extraordinária ou de investimento planeado do qual se esperam retornos futuros. Ora, nada disto se configura ter acontecido de forma aceitável ou razoável. Prevaleceu o despesismo e uma gestão leviana do investimento.

Na página 29 do Relatório, ao enunciarem-se os objetivos estratégicos preconizados pelo atual executivo, possivelmente por gralha ortográfica, refere-se para o de Gestão e Equilíbrio Financeiro, um sub-objetivo de “Planeamento e Gestão Ornamental”. Talvez, como se costuma dizer popularmente, “esteja a fugir a boca para a verdade”. Ou seja, estamos perante uma gestão “em cima do joelho”, em que a atividade de planeamento e controle, realizada pelo executivo é simplesmente “ornamental”, em que “se vai fazendo qualquer coisa”, sem um rumo estratégico, em benefício do Concelho e das suas populações. O que parece interessar é a simples “manutenção no poder”, realizando “ornamentos” que vão “alegando as vistas”, escondendo a ineficácia, a ineficiência e a deseconomia, que tem sido a gestão camarária dirigida pelo atual executivo socialista.

Os eventos realizados, numa linha de “festas e festarolas”, como foi o Tomar Natal, com todo o excesso de despesa e de consumo de recursos, tipificaram a execução deste executivo. A constante “prorrogação de prazos” e acréscimo de “trabalhos complementares” nas “obras” realizadas, evidenciando notória falta de planeamento das mesmas, foram outra constante ao longo do ano 2022. A incapacidade para apontar soluções para problemas crónicos, que estão bem identificados, nomeadamente no presente relatório, que comprometem o futuro da gestão da autarquia, como o do crescente, e futuramente incomportável, valor de Despesas com o Pessoal. Falta repensar e reestruturar organicamente os serviços camarários... mas continua a “assobiar-se para o lado”. Por estas e por outras chegamos a esta situação deficitária, em que nos valeu a pandemia, em que em face de forçosa diminuição de atividade, permitiu manter e até aumentar o “saldo de gerência”, que agora se usa e se delapida.

Da análise do documento, destacamos os seguintes pontos:

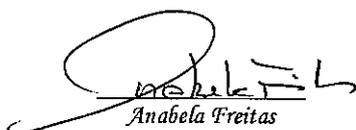
- Taxas de Execução baixas: Receita = 79%; Despesa = 71,3%; Despesa de Capital (Investimento) = 57,4%. Estas taxas de execução significam 2 coisas: comprovam que o orçamento inicial estava inflacionado como sempre dissemos; os objetivos da governação socialista ficaram longe de ser concretizados, em especial os investimentos, ou então não passavam de meras intenções!
- “Ovos todos no cesto do Turismo”: 70% execução no Turismo e apenas 30% execução na Economia Local;
- Despesas Correntes (24.099M€) aumentaram quase 3M€ (2.839M€) relativamente ao ano anterior, é um aumento de 13,4% num ano!
- Despesas com Pessoal (51,6% das Despesas Correntes - mais de metade!) aumentaram mais de 42% em 4 anos (em 2018 eram 8.740M€). Com a governação socialista entraram 140 funcionários no Município. Onde é que isto vai parar? Mais do que condicionar a gestão presente, estão a hipotecar o futuro da governação municipal. O próprio documento diz “A excessiva Despesa com Pessoal pode desequilibrar a gestão do Município, comprometendo a capacidade de honrar os seus compromissos financeiros, como o pagamento e a realização de investimentos.”
- Fornecimentos e Serviços de Terceiros, quase duplicaram em 2 anos (2022 = 8.295M€; 2020 = 4.398M€).
- “(...) a quantidade de Ajuste Diretos Simplificados representa 91,3% dos procedimentos o que se considera demasiado (...)”. Não somos nós que o dizemos, é o documento da governação socialista. Em suma, esta Prestação de Contas é o reflexo da governação socialista: no orçamento demonstram a incapacidade no planeamento, nas contas fica clara a incapacidade na execução. Os Vereadores do PSD votam contra.”

Tomar, 17 de abril de 2023

Seguimento:

- DF p/ os devidos efeitos

A Presidente da Câmara



Anabela Freitas

A Coordenadora Técnica



Avelina Leal